

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE ESTADO DO MATO GROSSO.**

**REF.: PROCESSO ADMINISTRATIVO 765672/2021**

**PREGAO ELETRONICO 13/2022**

**BERTURA DA SESSÃO: 24/05/2022**

**HORÁRIO: 10H00MIN**

**OXIGENIO MODELO COMERCIO DE GASES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 27.479.311/0001-31, com sede na Rua Tatsuo Suekane, 180 Parque dos Jequitibás, CEP 79806-070, Dourados/MS, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 9º da Lei n.º 10.520/02 e no artigo 41, § 2º, da Lei 8.666/93, apresentar

### **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINSTRATIVO**

Interposto pela empresa **WHITE MARTINS S/A**, que passa a fazer nos termos seguintes, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

Requer, desde já, o recebimento das presentes contrarrazões de recurso, na forma prevista em lei.

Termos em que, pede provimento.

Dourados/MS, 04 de julho de 2022.

*WILLIAN LOPES GOMES*

**WILLIAN LOPES GOMES**

**OXIGENIO MODELO COMERCIO DE GASES LTDA**

## CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO 13/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO 765672/2021

**RECORRENTE:** WHITE MARTINS S/A

**RECORRIDA:** OXIGENIO MODELO COMERCIO DE GASES LTDA

### I – DA TEMPESTIVIDADE

*A priori*, cabe destacar que nos termos do § 2º, do art. 44 do Decreto n. 10.024/2019, o prazo para apresentar contrarrazões é de três dias úteis, contados da data final do prazo da recorrente.

Assim sendo, considerando que o prazo da recorrente se findou em 30.06.2022 e em 01.07.2022 iniciou o prazo da recorrida, tem-se que as presentes contrarrazões se encontram tempestivas.

### II – SÍNTESE DAS RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Inconformada com a decisão proferida pelo (a) Ilmo Pregoeiro (a), a qual declarou a empresa **OXIGENIO MODELO COMERCIO DE GASES LTDA** vencedora para o Lotes do presente processo, a recorrente alega em síntese:

- a) **Apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis em desacordo com exigência do edital;**
- b) **Apresentação de atestado de capacidade técnica que não comprova aptidão anterior no fornecimento de produto compatível em características com o da presente licitação;**
- c) **Não apresentação de atestado de capacidade técnica profissional comprovando a aptidão do profissional engenheiro mecânico em seu quadro;**

WLG

**d) Não apresentação de Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Gases Medicinais.**

Entretanto, Douto Julgador, as alegações de supostas desconformidades de determinados itens técnico do edital de Convocação que, como se comprovou em fase de análise das propostas, foi plenamente atendido pela recorrida.

Portanto, são **infundadas** as alegações da recorrente e não merecem prosperar, tendo em vista que tenta distorcer a realidade dos fatos, a fim de tentar induzir o Ilustríssimo Pregoeiro ao erro, conforme os motivos expostos a seguir.

**III - DO CERTAME**

Nos termos do instrumento convocatório anteriormente referido, a sessão de processamento do Pregão às 10 (Nove) horas e 00 (trinta) minutos do dia 24 (Vinte e quatro) de Maio de 2022 (dois mil e vinte e dois) foi realizada licitação, em sua modalidade pregão eletrônico, tendo por objeto Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa capacitada em fornecimento ininterrupto de gases medicinais, com cessão em regime de comodato de tanques, cilindros, bem como locação de central de ar comprimido medicinal, incluindo a instalação, manutenção corretiva e preventiva com reposição de peças dos equipamentos cedidos e locados e eventual troca de equipamentos, para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande, Maternidade Pública Dr. Francisco Lustosa de Figueiredo, Unidades de Pronto Atendimento – Upa Ipase e Upa Cristo Rei, Unidades Secundárias Ambulatoriais, Unidades Básicas de Saúde e Atendimento Domiciliar.

**IV – IMPUGNAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO – DOS FATOS E FUNDAMENTOS**

Pelo princípio do vínculo ao instrumento convocatório, todos os licitantes devem cumprir rigorosamente as regras previstas no edital, de forma que não há discricionariedade do Pregoeiro em admitir a sua não observância.

WG

No presente caso, interessada e apta a participar da licitação epigrafada, veio a recorrida a adquirir o Edital regulador do certame e examinar as condições de participação nele constantes com a minúcia apropriada, necessária à percepção das diversas particularidades e nuances do objeto da licitação.

Mesmo assim, apenas e somente pelo dever de ofício, uma vez que não resta e não restou dúvida ao Ilmo. Pregoeiro acerca do integral cumprimento das disposições editalícias pela recorrida, cumpre-nos apontar as inconsistências da citada peça recursal. VEJAMOS!

#### **IV.I - Do Atestado de capacidade Técnica**

O instrumento convocatório apresentou a seguinte exigência para efeitos de comprovação da qualificação técnica de empresas no certame:

**8.9.1** Apresentar atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e a favor da empresa licitante, que comprove a aptidão para **o desempenho de atividade pertinente e compatível, em características com o objeto da licitação.** (grifo nosso)

Conforme destacado acima, o edital deixa bem claro que, a recorrida cumpriu fielmente o que o certame exigiu, apresentando atestados de órgãos competentes que afirmaram ter recebido dentro das exigências legais.

Ademais, se fizermos uma busca em diversos órgãos, vamos observar que cada uma usa uma escrita diferente para descrever o mesmo item.

A recorrente usa de excesso de formalismo em suas argumentações, pois os atestados fornecidos são de órgãos competentes que avaliaram o produto de forma positiva.

Vale salientar também que esta não foi uma exigência do edital, o mesmo não apresentou como exigência a apresentação da bula do item, a fim de obter todas as especificações técnicas

WLG

para cada item. Também devemos ressaltar que esta é uma etapa que deve ser respeitada na entrega do produto, devendo o órgão se atentar as especificações, exigindo o certificado de análise com todas as características na hora da entrega do produto.

Quanto a qualidade e características do produto, não cabe a equipe de licitações analisar, e sim a equipe técnica na entrega do produto, observando se o mesmo atende aos requisitos exigidos na contratação.

#### **IV.II - Da comprovação do registro do engenheiro mecânico**

O instrumento convocatório apresentou a seguinte exigência para efeitos de comprovação da qualificação técnica de empresas no certame:

**8.9.6.** Apresentar atestado de Capacidade Técnica Profissional, por intermédio da **comprovação de que possui, em seu quadro de pessoal**, pelo menos 01 (um) engenheiro mecânico. (grifo nosso)

O edital exigiu o atestado que comprovasse a comprovação de que a licitante possui em seu quadro pessoal um profissional da engenharia mecânica. Desta forma fora apresentado a certidão de regularidade da empresa junto ao CREA, que é o órgão competente da categoria, e certidão de regularidade profissional do engenheiro responsável pela empresa. Ambas as certidões foram apresentadas com prazos de validade valido, tendo vencimento para ambas as 31/03/2023.

A fim de entender o que a impugnante estava exigindo de nós, recorrida, analisamos os documentos apresentados pela mesma, com base nisso salientamos alguns pontos:

- 1. A exigência do edital foi a apresentação de documento que comprova o profissional em seu quadro, o acervo técnico não comprova tal fato pois é um documento que comprova a prestação de serviços anteriores e não a comprovação do registro atual.**

WLG

2. A apresentação de atestado junto a algum órgão também não comprova que o mesmo esta registrado no quadro da empresa, apenas comprova que o mesmo já prestou determinado serviço.
3. A empresa deter um profissional no estado do para não significa que ela não deva ter um profissional habilitado na sua base no Mato grosso. Caso a licitante dos itens fosse a filial do estado do para faria sentido a apresentação dos documentos do profissional daquela região, todavia a White Martins participou do processo, com o CNPJ da filial de cuiaba.
4. Documentos de comprovação técnica como atestado de capacidade técnica, AFE e boas praticas de fabricação, são extensivos de matriz para filiais para matriz. Todavia a responsabilidade técnica PROFISSIONAL não pode ser transferida de uma unidade para outra, a Lei 5.194/66 deixa claro que caso a empresa exerça atividade que requer um profissional da engenharia, este profissional deve estar no local.

Vale ressaltar que o engenheiro mecânico responsável pela OXIGENIO MODELO, é o socio da mesma, desta forma o contrato social da empresa testifica este fato, não necessitando assim apresentação de carteira de trabalho ou contrato de trabalho.

Outro fato é que a nomenclatura para a comprovação de atividade técnica profissional pode mudar de um estado para outro, no estado do mato grosso do Sul não existe nenhum outro documento diverso do que foi apresentado junto ao órgão regulador da categoria para a comprovação de que a mesma possui em seu quadro determinado profissional. **O único documento que comprova tal fato é o que foi apresentado no certame.**

#### IV.III - Do certificado de boas práticas de fabricação.

WG

Primeiro a recorrente alega que foi apresentado certificado de boas práticas vencido, sendo certo que a mesma não deve ter se atentado aos documentos constantes no certame, pois o certificado apresentado vence no dia 26/10/2022, faltando muito tempo para o vencimento do mesmo.

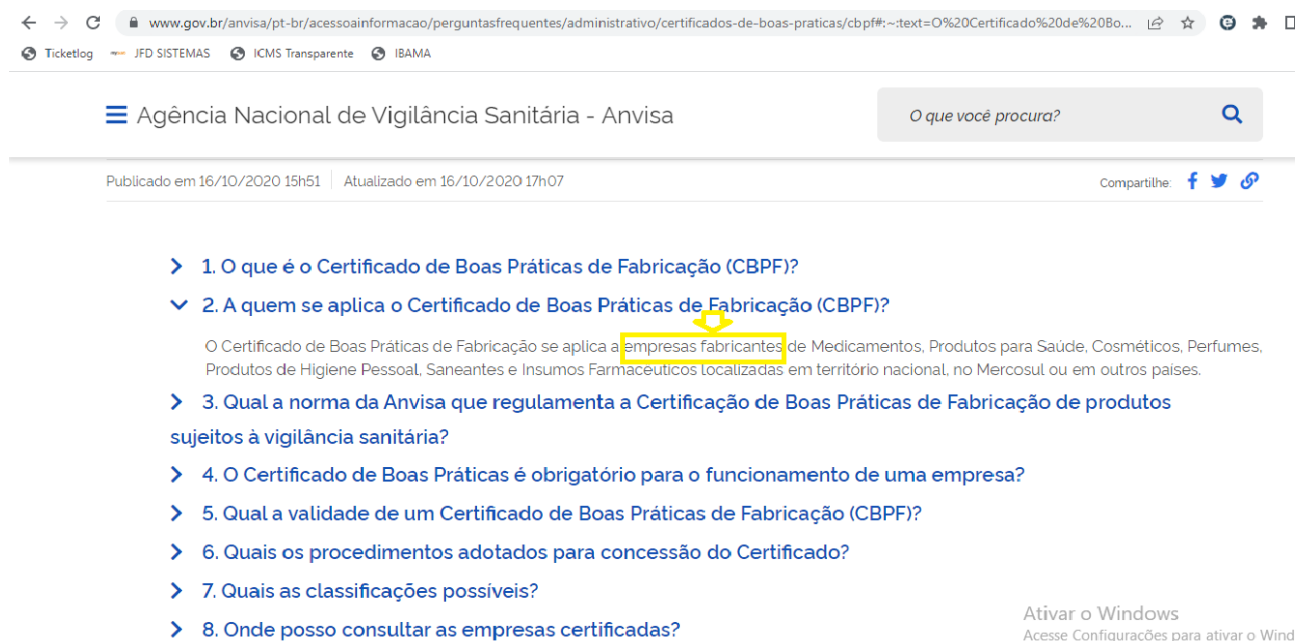
Outro fato foi a exigência da apresentação por parte da empresa licitante, porem o certame apresentou a seguinte exigência para efeitos de comprovação da qualificação técnica de empresas no certame:

8.9.8. Apresentar Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Gases Medicinais - CBPF, conforme RDC no 39/2013 da ANVISA;

Observa que em nenhum momento o edital apresentou a exigência para a empresa licitante, pois isso iria limitar a concorrência do mesmo, limitando o certame para 4 empresas produtoras no brasil, sendo que nesse processo licitatório apenas uma entrou no certame.

**A empresa recorrente gostaria que apenas ela participasse do certame?** Desta forma o órgão estaria ferindo o princípio da ampla concorrência, gerando prejuízos ao município.

Vejamos o que a ANVISA exige, quanto a apresentação deste documento:



← → ↻ [www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/perguntasfrequentes/administrativo/certificados-de-boas-praticas/cbpf#:~:text=O%20Certificado%20de%20Bo...](http://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/perguntasfrequentes/administrativo/certificados-de-boas-praticas/cbpf#:~:text=O%20Certificado%20de%20Bo...) Ticketlog JFD SISTEMAS ICMS Transparente IBAMA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

O que você procura?

Publicado em 16/10/2020 15h51 | Atualizado em 16/10/2020 17h07

Compartilhe: f t l

- 1. O que é o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF)?
- ✓ 2. A quem se aplica o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF)?
 

O Certificado de Boas Práticas de Fabricação se aplica a **empresas fabricantes** de Medicamentos, Produtos para Saúde, Cosméticos, Perfumes, Produtos de Higiene Pessoal, Saneantes e Insumos Farmacêuticos localizadas em território nacional, no Mercosul ou em outros países.
- 3. Qual a norma da Anvisa que regulamenta a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de produtos sujeitos à vigilância sanitária?
- 4. O Certificado de Boas Práticas é obrigatório para o funcionamento de uma empresa?
- 5. Qual a validade de um Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF)?
- 6. Quais os procedimentos adotados para concessão do Certificado?
- 7. Quais as classificações possíveis?
- 8. Onde posso consultar as empresas certificadas?

Ativar o Windows  
Acesse Configurações para ativar o Wind

Nesse diapasão, a proposta da empresa vencedora deixa claro quem é o fabricante do produto, vejamos abaixo:





Ademais, importante ressaltar que o BALANÇO E DRE apresentados anteriormente é o espelho do que consta no formato ECD apresentado à RECEITA FEDERAL. A apenas uma diferenciação de formatação no que tange a ECD, não alterando qualquer tipo de resultado.

O formalismo exacerbado revela sempre excesso de zelo, onde está a faltar a razoabilidade e a proporcionalidade indispensáveis aos atos administrativos. O excesso de formalismo para a análise técnica da impugnante tenta levar o órgão ao erro, ocultando o que está previsto em edital, e colocando regras adicionais não previstas no certame

### **V - DOS PEDIDOS.**

Diante do exposto, não há que prosperar os argumentos expedidos pela Recorrente em seu recurso por total carência de fundamentação legal, tratando-se do direito absolutamente exigível da OXIGENIO MODELO, restando **TOTALMENTE IMPROCEDENTE** o recurso administrativo interposto pela recorrente, sendo mantida a decisão corretamente proferida, a qual ocorreu com a devida lisura e transparência pelo Ilmo. Pregoeiro.

Por fim, requer o acolhimento das contrarrazões supra a fim de manter o resultado já apresentado em sua ata final, por ser de direito e perfaz Justiça!

Nestes termos,

Pede apreciação e aguarda deferimento.

Dourados/MS, 04 de julho de 2022.

*WILLIAN LOPES GOMES*

**WILLIAN LOPES GOMES**

**OXIGENIO MODELO COMERCIO DE GASES LTDA**